



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Fonte: www.24horasnews.com.br

19/09/2013 07:50:00

Governo do Estado paga R\$ 145 mil de aluguel a hospital que não funciona em Cuiabá

Jonas Jozino e Valdemir Roberto

Da Redação

A- A A+

Foto: Valdemir Roberto Campos / 24 Horas News



Alugado pela Secretaria Estadual de Saúde desde 10 de novembro de 2011 o Hospital das Clínicas de Mato Grosso Ltda, no Quilombo, em Cuiabá, continua com suas portas fechadas. O Hospital, deveria ser utilizado pela Saúde do Estado para o atendimento de pacientes na região central de Cuiabá e, principalmente, os mais carentes. Até hoje não atendeu ninguém.



A reportagem do portal de notícias 24 Horas News recebeu denúncias de moradores do bairro Quilombo pelo fechamento da unidade hospitalar, o que os obriga a procurar hospitais de outras regiões da cidade. Através da denúncia, o portal conseguiu uma cópia do contrato firmado entre a Secretaria Estadual de Saúde, na época comandada pelo deputado federal Pedro Henry (PP) e os proprietários do Hospital das Clínicas, que fica na rua Odorico Tocantins, 200, José Geraldo Sabóia Campos, Alfredo Leite Hage e Teresinha Ivone da Cunha Barbosa. O contrato tem validade de dez anos, entre 10 de novembro de 2011 até 10 de novembro de 2021, com aluguel mensal de R\$ 145,816,76.

Desde a sua locação, apesar do pagamento pontual dos alugueis, a Secretaria de Saúde ainda não colocou o Hospital das Clínicas em funcionamento. Estão deteriorando dentro do imóvel móveis, equipamentos como camas, armários e até instrumentos cirúrgicos. O terreno ao lado do hospital de 1.090 metros quadrados envolvido no aluguel, para servir de estacionamento aos clientes e funcionários do hospital está totalmente abandonado com matagal.

O contrato a que o portal de notícias 24 Horas News teve acesso é o de número 057/2011/SES/MT com dispensa de licitação de número 142/2011. Foi firmado pelo Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Saúde, através do Fundo Estadual de Saúde. Em sua cláusula primeira – do objeto – atesta o Hospital das Clínicas, bem como o imóvel situado ao lado, móveis, utensílios, equipamentos e instrumentos instalados no hospital constam no plano de trabalho e termo de referência acertado entre as duas partes.

Anualmente o Estado, através da Secretaria Estadual de Saúde, repassa aos proprietários F\$ 1.749,801,12 pelo aluguel do prédio que se encontra fechado. A reportagem esteve na rua Quilombo Tocantins, onde está o Hospital das Clínicas e pessoas que moram na mesma rua disseram que o prédio está fechado desde o final de 2011 quando foi alugado para o Estado. “Perdemos um bom hospital, que atendia a toda a população da região do Quilombo e desafogada tanto o Pronto Socorro como os outros hospitais de Cuiabá”, disse um morador. “Desde que o prédio foi alugado nunca vimos por aqui ninguém da Secretaria de Saúde para ver a situação do prédio e informar quando o hospital vai ser reaberto. Já ligamos e fomos várias vezes na Secretaria de Saúde e ninguém nos dá uma resposta sobre o funcionamento do prédio”, disse uma moradora.

Alugado até 10 de novembro de 2021, o Estado vem pagamento mensalmente o valor de R\$ 145.816,74 referente ao aluguel mensal. O pagamento só não foi realizado entre dezembro de 2011 e março de 2012 por força de um acordo entre



as duas partes. Segundo contrato de aluguel em seu item 3.1.1, a suspensão seria em decorrência de um período de carência para a adequação das instalações que ficariam por conta do Governo do Estado, que ainda vê na obrigação de pagar todas as taxas de água, luz e impostos.

A reportagem do portal de notícias 24 Horas News tentou falar com os proprietários do hospital, que não quiseram falar sobre o assunto com o argumento que o problema é da Secretaria Estadual de Saúde e do governador Silval Barbosa. Na secretaria de Saúde, tanto em contatos no local como por telefone as informações foram as mesmas: de que o secretário Mauri Rodrigues de Lima não podia atender por estar em reunião. Deixamos recado e não houve retorno.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 19 de setembro de 2013, 09h55

alto custo

Justiça determina regularização dos estoques da farmácia

Gláucio Nogueira, repórter do GD

A Justiça de Mato Grosso determinou à Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) que regularize os estoques de 3 medicamentos na Farmácia de Alto Custo em 15 dias. Na decisão, o juiz da Vara Especializada em Ação Civil Pública, Ação Popular e Improbidade Administrativa de Cuiabá, Alex Nunes de Figueiredo, exige o fornecimento dos remédios Pramipexol e a Selegilina usados no tratamento do Mal de Parkinson, e a Mesalina, para pessoas com insuficiência renal crônica.

O descumprimento da decisão, que engloba todos os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que fazem os tratamentos no Estado acarretará em multa diária de R\$ 10 mil.

Os 3 remédios são de uso contínuo e a interrupção de qualquer uma das medicações pode causar danos irreversíveis aos pacientes. No caso do Mal de Parkinson, os medicamentos agem no sistema nervoso central diminuindo os tremores característicos da doença. Por isso, abortar o tratamento seria muito prejudicial.

“Verifico que se os usuários forem privados do fornecimento gratuito do medicamento, ainda que por um curto período de tempo, poderão sofrer diversas complicações em seu tratamento de saúde, ainda mais em se tratando de Mal de Parkinson, que é uma doença degenerativa”, ressalta o juiz na decisão.



Ele também frisou que não há que se alegar que o Judiciário estaria tendo ingerência de poderes, pois é necessário garantir a preservação do bem maior, a vida. Quando vencer o prazo, o Estado deve comprovar que cumpriu a determinação judicial sob pena de bloqueio de verba pública. As decisões são de 16 de setembro.

A reportagem entrou em contato com a SES, mas até o fechamento da reportagem não recebeu retorno. *(Com assessoria)*

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 19 de setembro de 2013, 09h50

ALERTA

Mortes por câncer vem superando óbitos por problemas cardíacos

Redação do GD

A proporção entre as mortes provocadas por câncer e aquelas provocadas por doenças de coração vem aumentando nos últimos dez anos. De acordo com levantamento feito pelo Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo, 686 mortes por câncer foram registradas no ano passado no hospital, número 68% maior que as 408 mortes que ocorreram por problemas do coração.

Segundo o médico Roberto Dantas Queiroz, diretor-geral do Hospital do Servidor, esse percentual deve aumentar ainda mais nos próximos anos, já que pesquisas e tratamentos em cardiologia tem avançado. “O que acontece hoje também é que a própria cardiologia avançou muito tanto na prevenção e na detecção da doença - com diagnóstico precoce, quanto nos tratamentos que estão mais avançados e que são menos agressivos e menos invasivos”, falou o médico.

Em entrevista à Agência Brasil, Queiroz relacionou o aumento das mortes por câncer com o aumento da população idosa no país. Seis em cada dez pacientes do hospital têm mais de 60 anos. Para ele, a pesquisa é importante, pois a realidade do Hospital do Servidor é a realidade que o Brasil vai viver em breve.

“Seremos como a Europa, por exemplo, onde há muito mais pacientes idosos do que jovens. Vamos ter que ter uma política pública para se preparar nesse sentido”, falou. “As pessoas, vivendo mais, têm mais chance de ter câncer e de ter recidivas de câncer também”, acrescentou.

Na opinião do especialista, o país precisa se preparar para esse cenário e investir em políticas públicas não só para o tratamento do câncer, mas para outras doenças comuns entre a



população idosa, como as degenerativas. “O Brasil, como um todo, não sei se está preparado. Não há grandes centros oncológicos por aí e isso também vai, com certeza, elevar custos porque o tratamento do câncer não é um tratamento barato”, falou.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Nacional Quinta, 19 de setembro de 2013, 10h23

Número de usuários de crack chega a 370 mil no país

Agência Brasil

Os usuários regulares de crack e/ou de formas similares de cocaína fumada (pasta-base, merla e oxi) somam 370 mil pessoas nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Considerada uma população oculta e de difícil acesso, ela representa 35% do total de consumidores de drogas ilícitas, com exceção da maconha, nesses municípios, estimado em 1 milhão de brasileiros.

A constatação está no estudo Estimativa do Número de Usuários de Crack e/ou Similares nas Capitais do País, divulgado hoje (19) pelos ministérios da Justiça e da Saúde. A pesquisa foi encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad) à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Para o secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore Maximiano, o número de usuários regulares desse tipo de droga é "expressivo", embora corresponda a 0,8% da população das capitais (45 milhões). "Não é pouco, em absoluto, termos 370 mil pessoas com uso regular de crack. O número é expressivo e mostra que devemos ter total preocupação com o tema."

O secretário classificou de surpreendente o fato de, em números absolutos, a Região Nordeste concentrar a maior parte dos usuários, contrariando o senso comum, segundo o qual o consumo é maior no Sudeste. Como a prática ocorre em locais públicos e durante o dia, ela costuma ser mais visível, devido à formação das chamadas cracolândias. De acordo com o estudo, no Nordeste há aproximadamente 150 mil usuários de crack, cerca de 40% do total de pessoas que fazem uso regular da droga em todas as capitais do país.

"Esse é um achado que surpreende: a presença de um forte consumo no Nordeste e também, proporcionalmente, no Sul [onde há 37 mil usuários de crack]. No Nordeste, acreditamos que seja em razão do próprio IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] mais baixo, quando equiparado nacionalmente", disse. "Já em relação ao Sul, verificamos um componente histórico, uma vez que tradicionalmente há na região um maior uso de drogas injetáveis, cujo índice no país é muito baixo, mas sempre com maior predominância por lá", acrescentou.



A proporção do consumo do crack em relação ao uso total de drogas ilícitas (com exceção da maconha) também apresenta variações entre as regiões. Enquanto nas capitais do Norte, o crack e/ou similares representam 20% do conjunto de substâncias ilícitas consumidas, no Sul e no Centro-Oeste o produto corresponde a 52% e 47%, respectivamente.

O levantamento mostra ainda que, entre os 370 mil usuários de crack e/ou similares, 14% são menores de idade. Isso indica que aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes usam regularmente essa substância nas capitais do país. A maior parte deles (56%) também estão concentrados nas capitais do Nordeste, onde foram identificados 28 mil menores nesta situação.

Em relação aos locais de consumo da droga, o estudo identificou que oito em cada dez usuários usam crack em espaços públicos, de interação e circulação de pessoas. A diretora de Projetos Estratégicos da Senad, Cejana Passos, ressaltou que, em razão dessa característica, não adianta fazer uma pesquisa com metodologias tradicionais, por exemplo, com perguntas diretas ao entrevistado se ele usa ou não a droga, com o objetivo de estimar o número de usuários. Segundo ela, o método adotado, que investiga as redes sociais do entrevistado, com questionamento sobre as pessoas que ele conhece que usam a substância, foi possível chegar a um número mais preciso.

Acompanhe o GD também pelo Twitter: @portalgazeta

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

REPASSES DA SAÚDE

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

AMM anuncia recebimento de atrasados

Da Reportagem

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) anunciou que entre agosto e setembro deste ano o governo do Estado quitou mais de R\$ 6 milhões que estavam em atraso em repasses da saúde às prefeituras. O presidente da entidade, Valdecir Luiz Colle, o Chiquinho do Posto (PSD), considerou o feito com um êxito.

Ao todo, 139 municípios devem receber os recursos destinados. O pagamento, segundo o presidente, acontece aos poucos, de acordo com os valores que os municípios têm a receber.

“Em agosto, o governo pagou 63 municípios que tinham até R\$ 75 mil para receber. Neste mês quitou R\$ 3.347.321,70, com 37 cidades que tinham entre R\$ 75 mil a R\$ 130 mil em créditos”, diz.

Segundo Chiquinho, o governo vem cumprindo rigorosamente com o calendário acordado no início do ano. Ele afirma que, até o final do ano, o Estado deve quitar os débitos com todas as cidades, exceto Cuiabá e Várzea Grande, que já estão com os repasses em dia.



O valor da dívida do governo com a saúde chegou a R\$ 46 milhões no início do ano. A falta de pagamento gerou reclamações constantes por parte das prefeituras e até ações judiciais.

Chiquinho afirma ainda que atua em conjunto com o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Hermínio J. Barreto (PR), na tentativa de destravar as emendas parlamentares. Entende que os recursos são essenciais aos municípios. “Esses recursos são responsáveis pelas obras que atendem a comunidade”, relata. (TA)

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 19 de setembro de 2013

Edição nº 13704 19/09/2013

JUSTIÇA

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Orçamento deve atender Hemocentro-MT

Da Assessoria

O juiz Alex Nunes de Figueiredo determinou que o governador Silval Barbosa inscreva recursos suficientes na Lei Orçamentária (LO) de 2014 a fim de sanar todas as irregularidades encontradas no Hemocentro-MT, conforme decisão anterior da Justiça. Caso não seja cumprida a decisão, o Estado incorrerá em crime de desobediência.

A determinação para que as dificuldades do setor fossem sanadas foi expedida em fevereiro de 2011 com prazo de 120 dias, entretanto a situação permanece até os dias atuais. Relatórios técnicos encartados no processo relatam uma série de desacordos como, por exemplo, descumprimento das normas técnicas de segurança sanitária estrutural, falta de alvará atualizado relativo à localização e funcionamento do órgão e falta de alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros referente à prevenção contra incêndio e pânico no local.

De acordo com o juiz, as instalações do centro de serviços hemoterápicos se encontram em situação “calamitosa e degradante”, mas os gestores públicos do Estado não se sensibilizam com o sofrimento da população que precisa desse atendimento, muito menos com a situação insalubre e de risco de vida por que passam os médicos e demais funcionários que lá desenvolvem suas atividades laborais

Conforme o magistrado, os relatórios confeccionados pela Vigilância Sanitária Municipal expõem claramente a situação caótica da unidade de saúde MT-Hemocentro no que diz respeito à estrutura do prédio e ao risco biológico, causado pelas más condições de preservação do material sanguíneo que ali é colhido. Mesmo diante dos problemas, de acordo com a decisão, o Estado não fez nada nos últimos dois anos e meio.



Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / MAIS MÉDICOS E MENOS SAÚDE

19.09.2013 | 09h45 - Atualizado em 19.09.2013 | 07h24
Tamanho do texto A- A+

Relator apresenta parecer sobre MP do Mais Médicos nesta quarta-feira

Ainda não existe uma data para a votação da Medida Provisória

**DIVULGAÇÃO
do R7**

O relator da Medida Provisória que criou o Programa Mais Médicos (MP 621/13), deputado Rogério Carvalho (PT-SE), apresenta seu relatório nesta quarta-feira (18), à comissão mista que analisa a matéria. No entanto, não há data para a votação da MP.

Nesta terça-feira (17), durante audiência pública na comissão mista, o presidente da Fenam (Federação Nacional dos Médicos), Geraldo Ferreira Filho, apontou a realização de concursos públicos como um caminho para resolver o problema da falta de médicos nos municípios do interior e na periferia das grandes cidades.

Ele informou que a Fenam tomou a decisão de recorrer ao TCU (Tribunal de Contas da União) para que o contrato previsto na MP para a contratação de médicos seja avaliado. Além disso, pediu ao MPT (Ministério Público do Trabalho) para investigar as relações trabalhistas contidas na MP.

Cubano diz que médicos brasileiros se preocupam mais com dinheiro e status

Leia mais notícias de Brasil

Já o representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde da Bahia, Jorge Solla, declarou que apenas a carreira médica de Estado não vai suprir a carência desses profissionais no Sistema Único de Saúde, uma vez que o atual formato só pode ser estadual municipal ou federal.

Ele defendeu a criação de uma fundação pública com financiamento tripartite (União, estados e municípios) para a contratação de médicos. A fundação poderia oferecer um plano de carreira que contemplasse a progressão e estímulos financeiros para os profissionais que atuassem, por exemplo, em municípios mais distantes dos grandes centros.



Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / SAÚDE PÚBLICA

19.09.2013 | 04h30 - Atualizado em 18.09.2013 | 17h36
Tamanho do texto A- A+

Rio de Janeiro registra primeiros casos de bactéria resistente a antibiótico

Superbactéria foi registrada em três cidades do estado. Primeiros casos no Brasil aconteceram no Rio Grande do Sul

DIVULGAÇÃO
DO IG SAÚDE

O Rio de Janeiro registrou os primeiros casos de contaminação por bactérias modificadas pelo gene NDM-1. Essas superbactérias anulam os efeitos de antibióticos, inclusive aqueles que são mais utilizados para combater infecções por micro-organismos multirresistentes. Os casos foram registrados na pediatria do HemoRio, instituição de referência para tratamento de pacientes com doenças do sangue, e em hospitais de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, e em Duque de Caxias, na Baixada. Nenhum paciente morreu. Foi o segundo Estado do País a identificar a superbactéria. O Rio Grande do Sul teve cinco casos divulgados em maio.

Como se proteger das superbactérias

A primeira pessoa do Rio de Janeiro a ser identificada com a superbactéria foi uma menina, que trata uma leucemia no HemoRio. Ela já havia recebido alta, depois de um mês de internação, e foi encaminhada para colocação de um cateter no Hospital da Criança. Lá, foi submetida ao exame de rotina para identificar possível infecção. O resultado deu positivo.

A menina não chegou a desenvolver a infecção. O hospital procurou outras crianças que entraram em contato com a paciente. Também fechou leitos para permitir o isolamento daqueles que estavam internados e a desinfecção das enfermarias. Ainda há pacientes em isolamento, mas não foram diagnosticados novos casos.

O superintendente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental da Secretaria Estadual de Saúde, Alexandre Chieppe, esclareceu que nenhum dos pacientes identificados no Rio adoeceu. "Não foram casos de infecção. As pessoas foram colonizadas pela bactéria com mecanismo de resistência mais amplo. Não há indicação para interromper a rotina do funcionamento dos hospitais", afirmou Chieppe. Ele ressaltou que foram colocados em ação



planos para conter a infecção, com intensificação da limpeza de ambientes.

O infectologista Alberto Chebabo, chefe do serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explica que a infecção por superbactéria pode ser grave para pacientes com baixa imunidade, que estão em longas internações. "A bactéria se torna resistente a vários antibióticos. São poucas as opções de tratamento". Ele ressalta que o controle é muito difícil. "É importante evitar a superlotação, melhorar a higienização das mãos e a vigilância de bactérias. Agora vamos ter que saber se ela vai se adaptar e ficar permanentemente no Brasil, se vai se espalhar ou se serão casos esporádicos".

As superbactérias aparecem a partir de uma mutação genética. Bactérias que já estão presentes no organismo, como a E. coli, sofrem a modificação e passam a produzir enzimas que anulam o efeito do antibiótico. NDM-1 é a sigla pela qual é conhecida a enzima que torna a bactéria multirresistente. Significa "New Delhi Metallobetalactamase". O primeiro caso foi registrado em Nova Délhi, na Índia, em um paciente sueco, em 2009.

Superbactérias com essa mutação foram identificadas nos Estados Unidos, Canadá, países da Europa e da América Latina.

Fonte: www.odocumento.com.br **Cidades**

1º Mutirão da Pessoa com Deficiência será realizado neste sábado

19/09/2013 - 10h17

A- A+

Da Redação

A Prefeitura de Cuiabá e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizam, neste sábado (21), das 8h às 16h, na Praça Cultural do bairro Parque Cuiabá. Serão oferecidos serviços de várias secretarias municipais e organizações não-governamentais.

A Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano de Cuiabá disponibilizará inscrições ao Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico), Bolsa Família, aos cursos do Pronatec e outros programas sociais do município.

A Secretaria de Trânsito e Transportes Urbanos estará à disposição para confeccionar o cartão de estacionamento para pessoas com deficiência.



A secretaria de Cidades dará orientações e cadastrará os interessados a obter um imóvel através do Programa Minha Casa, Minha Vida, voltado às pessoas com deficiência.

A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico levará o Caminhão do Peixe à praça cultural, que oferecerá as espécies de peixe tambacu e tambatinga, comercializadas a R\$ 6,50/kg com vísceras e escamas; e R\$ 8,00 o quilo do pescado limpo. Além disso, também orientará sobre o Programa 100% Cidadão, que oferece qualificação profissional e, posteriormente, a possibilidade de financiamentos para microempreendedores.

A Secretaria de Saúde fará o trabalho de educação inclusiva, além de atendimentos médicos no local, como aferição de pressão. Também serão confeccionados cartões do SUS.

A secretaria de Educação orientará e oferecerá o serviço de ecoterapia, importante recurso para que pessoas com deficiência desenvolvam melhor os movimentos motores.

Já a Secretaria de Serviços Urbanos entregará mudas de árvores para serem plantadas na região, visto que o Dia da Árvore é comemorado em 21 de setembro, dia do evento.

Atualmente, em Cuiabá, 23% da população tem algum tipo de deficiência, o que corresponde a aproximadamente 126.500 pessoas. “A atenção adequada, o tratamento humanizado, o acesso a bens e serviços e o respeito aos limites dessas pessoas é algo muito relevante, tanto para o poder público, quanto para a iniciativa privada”, afirmou o secretário de Assistência Social de Cuiabá, José Rodrigues Rocha Junior.

O telefone para mais informações é o (65) 3645-6835 (65) 3645-6835 .